

Moção de Repúdio das/os Estudantes de Pós-Graduação em Geografia ao Governo Federal do Brasil

São Paulo, 11 de setembro de 2019.

Nós, estudantes de Pós-Graduação em Geografia, repudiamos as medidas arbitrárias e hierárquicas que estão sendo tomadas pelo governo federal em relação às Universidades Públicas brasileiras.

Reivindicamos a revogação das intervenções nos processos eleitorais para os cargos de reitoras/es nas Universidades Federais e diretoras/es em Institutos Federais. Tais medidas ferem diretamente o princípio da autonomia universitária, garantida pela Constituição Federal de 1988, além de negar a possibilidade de diálogo entre governo e comunidade acadêmica. A gestão das universidades públicas sempre foi baseada em escolhas realizadas pelas/os suas/eus próprias/os membras/os que, indubitavelmente, são quem melhor podem avaliar as medidas a serem tomadas para o funcionamento das instituições. Propostas como o “Future-se” visam somente a impossibilidade de autogestão universitária, impondo a ela um caráter subserviente frente à iniciativa privada.

Ademais, esse projeto pauta a exoneração do governo em relação ao financiamento da educação superior pública, aderindo à lógica das privatizações, objetivando a lucratividade e a criação de fundos privados em detrimento da missão social das universidades de promover acesso ao ensino de qualidade para todas as camadas sociais e nos mais variados campos do conhecimento.

Colocamo-nos frontalmente contra a política de cortes nos investimentos em pesquisa adotada pelo governo federal. Entendemos que a soberania do país e a possibilidade de uma sociedade autônoma passa, antes de tudo, por investimentos significativos nas áreas da Educação e da Pesquisa, fomentando todas as áreas do conhecimento, sem que haja uma política de hierarquização dos saberes. Portanto, repudiamos os parâmetros colonialistas utilizados que negam a diversidade de conhecimentos e de povos, atribuindo à academia um caráter exclusivamente tecnicista e criminalizando a liberdade de pensamento crítico. Alegamos que, sem liberdade de pensamento, não há produção do conhecimento nem espaço para o diálogo. Não aceitamos essas disposições reacionárias, as quais objetivam censurar e recriminar a multiplicidade de saberes. Requeremos a legitimidade da liberdade de cátedra.

As medidas intervencionistas e a criminalização do pensamento crítico impedem o avanço do processo de reconhecimento de territórios ancestrais, dos povos do campo, da floresta, trabalhadoras/es, mulheres, negros, comunidade LGBTQI+, enfim, reforçam ainda mais o contexto social marcado pela violência e pelo preconceito que sempre renegaram a essas pessoas seus direitos fundamentais.

Por fim, reafirmamos que nos manteremos unidas e unidos frente a qualquer ação que tenha o objetivo de destruir os direitos já consolidados e de impedir os avanços necessários para que nossas universidades sejam cada vez mais abertas, inclusivas e abrangentes.